



O TRABALHO ROUBADO:

Os Ribeirinhos e as UHES do Rio Madeira. A Perda do Trabalho em Função das Alterações Ambientais

STOLEN WORK:

Riverside Communities and the Hydroelectric Plants of the Madeira River. The Loss of Traditional Work Due To Environmental Changes

EL TRABAJO ROBADO:

Los Ribeirinhos y las Centrales Hidroeléctricas del Río Madeira. La Pérdida del Trabajo Tradicional a Causa de los Cambios Ambientales

Luanda Alves Félix Fernandes, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça – PPG/DHJUS/UNIR, e-mail: luandafelix@hotmail.com.

Marco Antônio Domingues Teixeira, Doutor em Ciências Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará, e-mail: marcoteixeira204@gmail.com



Resumo: A pesquisa analisa os impactos sociais e ambientais provocados pelas Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio sobre os modos de vida e trabalho dos povos ribeirinhos da comunidade de São Carlos (RO). Com base em abordagem crítica e interdisciplinar, o estudo investiga como a lógica do desenvolvimento produtivista e hegemônico instaurou um processo de violação de direitos humanos, deslocamento compulsório e perda do trabalho tradicional ribeirinho. O trabalho articula revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com moradores atingidos, buscando compreender a relação entre justiça socioambiental, identidade cultural e dignidade humana. Como produto técnico, será elaborado um documentário que registra memórias e resistências das comunidades, constituindo instrumento de denúncia, reflexão e incidência política. Conclui-se que o modelo de desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia, ao priorizar o capital energético em detrimento dos modos de vida locais, aprofunda desigualdades e invisibiliza os sujeitos da justiça ambiental.

Palavras-chave: trabalho tradicional; ribeirinhos; usinas hidrelétricas; Rio Madeira; justiça socioambiental.

Introdução

Amazônia tem sido historicamente alvo de projetos de exploração econômica que, sob o discurso do progresso e da sustentabilidade, aprofundam desigualdades e ferem direitos fundamentais. A construção das Usinas Hidrelétricas do Madeira, Jirau e Santo Antônio, exemplifica esse processo de forma paradigmática. O modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, ancorado em uma racionalidade produtivista e excludente, transformou profundamente os ecossistemas e as dinâmicas sociais locais.

A pesquisa parte da constatação de que o trabalho ribeirinho, mais do que atividade econômica, é expressão de pertencimento, identidade e cultura, foi comprometido pela alteração dos ciclos naturais do rio, pela perda de territórios e pela desestruturação das relações comunitárias.



O problema identificado reside nos poucos estudos que articulem a perda do trabalho tradicional ribeirinho com a crítica aos modelos de desenvolvimento energético e à violação dos direitos humanos no contexto amazônico. O objetivo é analisar os impactos socioambientais das UHEs do Madeira sobre a comunidade de São Carlos, evidenciando as consequências da perda do trabalho e da invisibilidade institucional dos povos atingidos, além de produzir um documentário que traduza essa realidade para o espaço público e acadêmico.

Desenvolvimento

Com as construções das UHEs de Jirau e Santo Antônio o ecossistema existente sofreu mudanças significativas, o que prejudicou diretamente a pesca, a agricultura de várzea, entre outros tipos de trabalhos tradicionais dos ribeirinhos, trazendo a perda dos meios de subsistência no que dependia do equilíbrio ambiental. O trabalho tido como tradicional, além de fazer parte do sustento familiar, tem participação na identidade cultural e comunitária desses povos, trazendo como levantamento o direito ao trabalho digno e o quanto suas vidas foram modificadas pelos maiores planos do Governo Federal.

A fundamentação teórica ancora-se em autores que discutem o agrohidronegócio e a lógica territorial do capital (THOMAZ JÚNIOR, 2008; 2010; 2011) e em estudos sobre impactos socioambientais e reconfigurações territoriais (CAVALCANTE, 2008; GARZON, 2009). Tais referenciais permitem compreender como a exploração da água e da energia na Amazônia representa a inserção subordinada da região na economia global, com efeitos diretos sobre a dignidade e o direito ao trabalho das populações tradicionais.

O caminho metodológico seguirá uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica. Na primeira fase, realiza-se levantamento bibliográfico e documental sobre o licenciamento ambiental das UHEs e a legislação nacional e internacional de



proteção socioambiental. A segunda fase envolve entrevistas semiestruturadas com ribeirinhos da comunidade de São Carlos, analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), visando identificar regularidades nas narrativas de perda, resistência e adaptação. Por fim, os dados serão sistematizados em um documentário audiovisual, produto técnico do mestrado profissional, que tem como propósito democratizar o acesso ao conhecimento e transformar a pesquisa em um instrumento de justiça cognitiva e visibilidade social.

As evidências preliminares apontam que o deslocamento compulsório e a perda da pesca artesanal, da agricultura de várzea e de outras práticas de subsistência resultaram em grave violação ao direito ao trabalho digno e ao meio ambiente equilibrado (CF/88, art. 7º). A falta de participação das comunidades nos processos decisórios agravou o cenário de vulnerabilidade. As indenizações e políticas compensatórias mostraram-se insuficientes, reproduzindo a lógica da exclusão e da dependência institucional.

Considerações Finais

O estudo revela que as Usinas Hidrelétricas do Madeira simbolizam um modelo de desenvolvimento que confunde progresso com exploração, convertendo o território amazônico em ativo energético e desconsiderando seus habitantes como sujeitos de direitos. O desfecho lógico demonstra que a promessa de geração de riqueza e emprego resultou, paradoxalmente, na perda do trabalho tradicional e na erosão das formas de vida ribeirinhas.

A quebra de expectativa reside no fato de que, ao contrário do discurso de sustentabilidade, as UHEs produziram efeitos de degradação ambiental e injustiça social que persistem mais de uma década após sua implantação. O documentário, como produto técnico e político, constitui o gesto de devolução do conhecimento à comunidade e de amplificação das vozes que resistem ao silenciamento.



Conclui-se que a justiça socioambiental na Amazônia exige novas epistemologias do desenvolvimento, baseadas na escuta dos povos tradicionais e na reconstrução de políticas públicas que assegurem o direito à terra, ao trabalho e à memória. O trabalho ribeirinho, longe de ser resquício do passado, é um modo de existência que ensina ao Direito a coexistência possível entre natureza e dignidade humana.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CABRAL, J. F. B. Hidrelétrica de Jirau e os impactos socioambientais no alto rio Madeira – análise da configuração territorial. Porto Velho: UNIR, 2007.

CAVALCANTE, M. M. de A. Transformações territoriais no alto rio Madeira: hidrelétricas, tecnificação e (re)organização. Porto Velho: UNIR, 2008.

CELLA-RIBEIRO, A. et al. Temporal fish community responses to two cascade run-of-river dams in the Madeira River, Amazon basin. *Ecohydrology*, v.10, n.8, 2017.

GARZON, L. F. N. O significado da privatização do Rio Madeira: o cercamento das bacias hidrográficas da Amazônia. In: ALMEIDA, A. W. B. (Org.). *Conflitos sociais no Complexo Madeira*. Manaus: UEA, 2009.

HAUSER, M. Migração dos grandes bagres amazônicos pela perspectiva dos isótopos de estrôncio em otólitos. Porto Velho: UNIR, 2018.

LIMA, M. A. L. História do ecossistema e dos recursos pesqueiros frente à implementação de hidrelétricas na bacia do Rio Madeira. Porto Velho: UNIR, 2017.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma cruzada contra a fome e o agrohídronegócio. *Revista Pegada*, v.9, n.1, 2008.



THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. Campo-Território, v.5, n.10, 2010.